

Democracias toleram ameaças de golpe?

MAURO CHAVES

Saber se teria havido ou não um plano concreto de intervenção militar, caso a Constituinte tivesse optado por sistema de governo (parlamentarismo) e/ou tempo de mandato presidencial (quatro anos) diverso do "exigido" pelo excelentíssimo senhor ministro do Exército, não tem a mínima importância. Afinal de contas, qual seria a forma que esse plano deveria ter, para ser considerado algo mais do que um simples desejo de alguns interessados? Um papel escrito? Um pacto assinado? Torna-se evidente que provas da existência de planos golpistas dificilmente poderiam ser produzidas — especialmente se tais planos ainda não desceram do nível da especulação mental para o da articulação real.

Por outro lado, é inegável que muitos constituintes procuraram aproveitar-se ao máximo do fantasma do retrocesso institucional para justificar, na undécima hora, sua capitulação fisiológica ante as irresistíveis pressões sedutoras do Planalto. "É melhor darmos os cinco anos e o presidencialismo para eles e salvarmos a democracia, evitando um golpe militar" — foi a frase cochichada por muitos parlamentaristas "arrepentidos", com isso buscando camuflar, pela covardia, a própria venalidade —, mesmo porque os fisiológicos típicos são os que menos temeriam um golpe militar, pois adaptam-se muito bem a qualquer regime, democrático, ditatorial ou mais ou menos (como o nosso). Mas especulações golpistas e safadezas fisiológicas à parte, o que mais importa, o que tem enorme relevância para os destinos da sociedade brasileira, o que diz respeito à superação — ou não — desse estágio de subdesenvolvimento político, que nos aproxima tanto das republiquetas latinoamericanas e africanas e nos afasta tanto das verdadeiras democracias civilizadas do mundo contemporâneo, é a simples ameaça de intervenção militar utilizada como pressão política, seja blefe ou não. E tal ameaça se caracterizou plenamente por inúmeros pronunciamentos do excelentíssimo senhor ministro do Exército, assim como pelas declarações expressas de seu porta-voz, o general-chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, segundo as quais, se houver "diretas-já", não restará às Forças Armadas outro caminho a não ser "a interferência nos assuntos nacionais — não militares — para manter a lei e a ordem". Tais declarações bastam, são suficientes para traduzir um espírito militarista atrasado, subdesenvolvido, que julgá ser a coisa mais natural do mundo coagir representantes eleitos legitimamente pelo povo, com poderes constituintes, pela força das armas. Um espírito que parece considerar o poder civil da sociedade brasileira da mesma forma como o da sociedade panamenha é considerado pelo general Noriega.

Os principais argumentos utilizados pelos parlamentaristas dizem respeito à estabilidade institucional. Referiam-se à flexibilidade que possibilita ao parlamentarismo, durante as graves crises, resolver os impasses políticos com substituições de gabinete, com mudanças de governo, sem quaisquer rupturas da normalidade constitucional. Convenhamos, porém: nesta nossa politicamente subdesenvolvida América Latina, as rupturas constitucionais, os golpes, as ditaduras militares e/ou caudillescas, resultam de inadequado sistema de governo — no caso, o presidencialismo — ou são produto justamente daquele espírito de intervencionismo militar, que insiste em substituir a livre manifestação da vontade popular nas urnas por uma tutela armada? Quer dizer, com presidencialismo, parlamentarismo, República, monarquia, federalismo, Estado unitário, ou que mais forma de organização política e sistema de governo seja, enquanto permanecer a possibilidade, a simples possibilidade — traduzida em uma ameaça — de intervenção militar "em assuntos nacionais não militares", que condições teremos de desenvolver neste país um regime plenamente democrático?

Pensemos agora: qual seria a reação de políticos, congressistas e da opinião pública, nas democracias europeias ou nos Estados Unidos, se ministros militares, antes da votação de importante matéria — constitucional ou não — no Legislativo, advertissem que tal ou qual decisão seria "intolerável" para as Forças Armadas ou que estas haveriam de "intervir" em assuntos nacionais não militares? Evidentemente, de extrema indignação. Ministros — militares ou não — que de tal forma se lançassem contra a soberania do Legislativo de uma sociedade democrática, e, conseqüentemente, contra as instituições vigentes, seriam julgados, no mínimo, subversivos — e dificilmente deixariam de ser destituídos do poder. Entre nós, contudo, nem políticos, nem constituintes, nem entidades de classe, nem associações representativas da sociedade, nem personalidades demonstraram maior indignação ante uma atitude afrontosa a toda a sociedade civil brasileira. Será que já nos convencemos de que democracia mesmo, para valer, é exclusividade de povos civilizados, superiores — que jamais admitiriam sequer ameaça de golpe militar —, povos dos quais só podemos nos aproximar em sonhos, transcritos para papéis constitucionais sem qualquer valor?

P.S.: Lamento que meu artigo de quinta-feira passada tenha causado tanta "irritação" ao excelentíssimo senhor ministro do Exército, conforme consta de matéria da Folha de S. Paulo de 25/3 (por Roberto Lopes). Garanto, entretanto, que a pressão coatora exercida por s. exa. sobre a pretensamente soberana Constituinte causa algo mais do que "irritação" à Nação inteira.